

‘Pisando em Terra Tabajara’: refletindo sobre retomadas de terra a partir dos Tabajara da Paraíba

Estêvão Martins Palitot^a
Amandda Yvne Figueiredo da Cruz^b

Resumo: Desde 2006 o povo Tabajara da Paraíba vem buscando a demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Visando a reconstrução do território, os Tabajara têm construído uma organização social dinâmica e flexível através da qual vêm logrando a ampliação das áreas sob seu controle. Atualmente, são três aldeias organizadas, sendo duas em áreas retomadas. Nesses processos, a dimensão conflitiva tem sido elemento principal, sejam os conflitos pelas retomadas, sejam as disputas em torno da ocupação das praias entre os indígenas e o poder municipal da cidade do Conde. Ao lado dessas disputas, o esforço para reunir os parentes em torno de projetos de vida comunitária nas três aldeias também é uma marca característica do atual processo de territorialização dos Tabajara. Nesse trabalho, pretendemos discutir esses temas em diálogo com outros estudos sobre processos de territorialização, a forma retomada e o retorno dos parentes em contextos indígenas.

Palavras-chave: Retomadas, Tabajara, Territorialização, Jacoca.

No mês de abril de 2022, os Tabajara realizaram uma manifestação na estrada PB-008, no município do Conde, na Paraíba, na qual o

a Professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPB). Email: epalitot@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0129-1239>.

b Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPB). Email: amandda.figueiredo@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8434-0667>.

principal mote era: “Você está pisando em terra Tabajara!”. Esta frase afirmativa trazia um duplo alerta, o primeiro fazia referência às disputas em torno da revisão do plano diretor de urbanização do município, que pretende autorizar a construção de prédios com vários andares na orla marítima, trazendo impactos para todas as comunidades que vivem à beira-mar; o segundo alerta era complementar a esse, e lembrava a todos que as famílias Tabajara são os mais antigos habitantes do litoral sul da Paraíba, onde está inserido o município do Conde. Durante a manifestação, que era também alusiva ao dia dos povos indígenas, os Tabajara sustentavam outras faixas e cartazes que falavam sobre preservação ambiental e exigiam o fim da criminalização de suas lideranças.

O processo de reorganização dos Tabajara no litoral sul da Paraíba iniciou-se no ano de 2006 e busca reverter o processo secular de esbulho territorial, subordinação socioeconômica e dispersão populacional que foi imposto sobre essas famílias desde o final do século XIX, com a demarcação e loteamento das terras da sesmária da aldeia da Jacoca¹ (Palitot 2013). O núcleo organizativo principal das famílias Tabajara descende de uma mesma linhagem oriunda de um dos lotes demarcados em 1865 e conhecido entre eles como o Sítio dos Caboclos. As terras do Sítio dos Caboclos seguiram ocupadas pelos indígenas até os anos 1960, quando, após décadas de pressão das elites fundiárias locais foram definitivamente expulsos, reassentando-se em outros locais. Alguns ainda dentro das terras da antiga Jacoca, como Prensa Velha, Andreza, Jacumã, Barra de Gramame, Conde e Abiá, e outros mais distantes como João Pessoa, Pitimbu, Bayeux, etc. O município do Conde encontra-se inteiramente dentro das terras da sesmária da Jacoca, tendo se originado da conversão da aldeia em Vila de Índios no século XVIII (Mura, Palitot & Marques 2015).

Atualmente, os Tabajara têm se reorganizado e recuperado pequenas áreas, reivindicando a recomposição de parte desse território como terra indígena demarcada. Sua organização social reconhece três aldeias: Barra de Gramame, Vitória e Nova Conquista-Taquara. Estas três aldeias correspondem a três unidades organizacionais,

cada uma com um cacique e suas associações comunitárias e de mulheres. Ainda assim, existem vários outros núcleos que concentram famílias indígenas (Jacumã, Sítio Tambaba, Conde etc.) mas que se filiam a uma das três organizações. Barra de Gramame e Sítio Tambaba são assentamentos da Reforma Agrária onde significativa parcela das famílias são indígenas, enquanto que as aldeias Vitória e Nova Conquista-Taquara originaram-se de retomadas feitas pelos Tabajara.

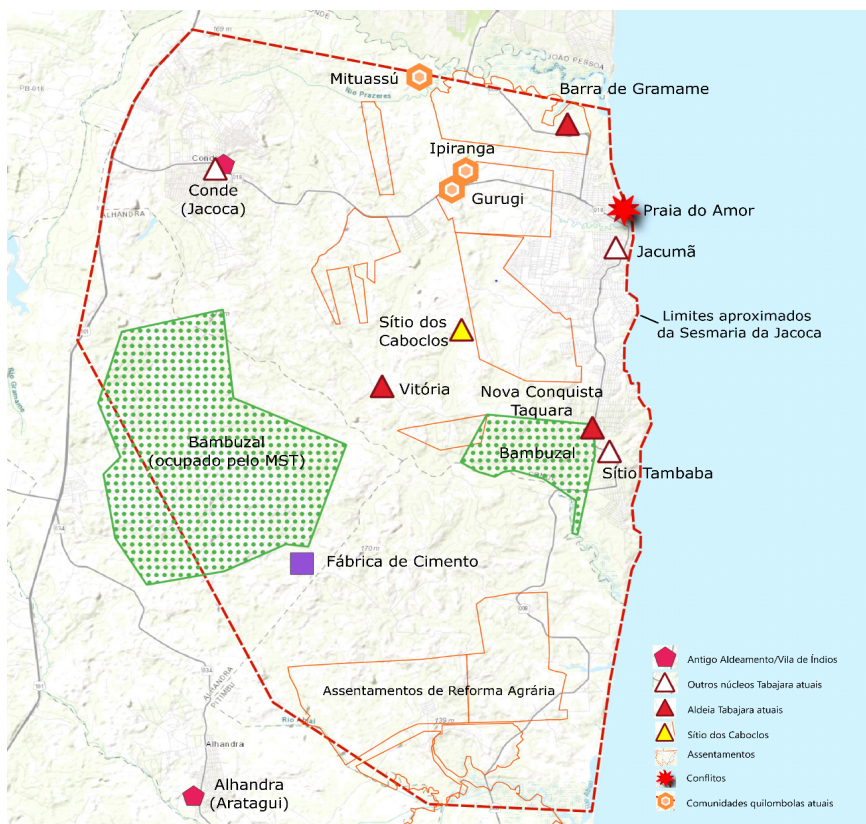


Figura 1 – Mapa da situação atual das retomadas Tabajara. Elaboração: Estêvão Palitot. 2022. Fontes: Incra, Funai, Sicar e dados de campo sobre imagem de fundo do OpenStreetMap.

A situação fundiária de toda a região do litoral sul da Paraíba é bastante complexa e está marcada por sucessivos processos de territorialização²: aldeamentos missionários (Séc. XVII-XVIII) – vilas de índios (Séc. XVIII-XIX) – demarcação e loteamento das terras (Séc. XIX) – grilagem e consolidação do latifúndio (Séc. XIX-XX) – desagregação dos latifúndios e lutas por reforma agrária (Séc. XX-XXI) – expansão turística, urbana e industrial (Séc. XX-XXI) – reorganização das comunidades quilombolas e indígenas (Séc. XX-XXI). No mapa acima, é possível observar algumas das localidades acima citadas, como Barra de Gramame e as aldeias Vitória e Nova Conquista.

As elites locais são as herdeiras do processo de loteamento do século XIX e enfeixaram em torno de si os controles fundiário e político da região, exercendo um domínio contínuo sobre os poderes municipais e os cartórios de registro de imóveis (Cruz 2022). As relações entre as famílias indígenas e essas elites eram marcadamente assimétricas, numa modalidade clássica de patronagem rural e regime de morada (Moreira 1997).

A partir dos anos 1970 os conflitos fundiários se intensificaram como resultado das iniciativas de reordenamento econômico da região e que implicavam no desapossamento de muitas famílias e no cerceamento do acesso a recursos ambientais. Esses conflitos evoluíram por meio de modalidades organizacionais de trabalhadores rurais com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, que foi um ator importante nesse processo, que resultou numa grande quantidade de assentamentos de reforma agrária nos limites da antiga Jacoca. Em alguns desses assentamentos as famílias sustentavam memórias mais antigas e um senso de pertencimento étnico que resultou na sua reorganização como comunidades quilombolas e indígenas nas primeiras décadas do século XXI (Sampaio 2001; Marques 2015).

Os Tabajara tiveram como seu primeiro espaço de organização justamente a agrovila do assentamento Barra de Gramame, onde um dos ramos da família do Sítio dos Caboclos é a maioria. Contudo, a exiguidade de terras nessa aldeia (lotes familiares de 6 hectares) impedia a plena reu-

nião dos parentes dispersos tanto dentro dos limites da antiga sesmaria quanto fora dela. Além disso, a memória sobre o Sítio dos Caboclos e o seu esbulho ainda é muito presente nas gerações de adultos e idosos que começaram o movimento Tabajara, de modo que o retorno a esse território é um dos objetivos centrais da organização das famílias indígenas.

Ainda no ano de 2009 os Tabajara conseguiram que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI constituísse um Grupo de Trabalho para realizar o estudo de fundamentação antropológica da ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba, produzindo um relatório que tem servido de base ao segundo Grupo de Trabalho constituído no ano de 2015 com a finalidade de realizar a identificação e delimitação da terra indígena (Mura, Palitot & Marques 2015).

Movidos pela necessidade de recuperarem o controle das terras da Jacoca e confrontados com o processo de reconversão econômica da região com a construção de um polo industrial e um polo turístico, os Tabajara realizaram a sua primeira retomada no ano de 2011, na região de Mucatu.

Mucatu, a fábrica de cimento e a aldeia Vitória

Após o anúncio de que o grupo industrial Elizabeth Cimentos estava adquirindo os títulos de propriedade do Assentamento Mucatu (o mais antigo da Paraíba e situado no limite das terras da antiga sesmaria da Jacoca), os Tabajara, junto com a CPT e outros movimentos sociais, se mobilizaram e fizeram a sua primeira retomada no final do ano de 2011.

“Os Tabajaras decidiram pela ação de retomada após a venda dos lotes, conforme explicou o cacique Edinaldo: apesar de o território ser reivindicado pelo meu povo, ele cumpria uma função social. Então respeitávamos. A partir da hora que ele perdeu essa característica ao ser vendido, nossa decisão foi pela retomada. Montaram acampamento em busca de suas raízes, do território que, no passado, pertencera aos Tabajara. Os agricultores do assentamento João Gomes, na Grande Mucatu, contrários à venda dos lotes, estiveram presentes nesta ação apoiando a causa indígena” (Fiocruz 2013:s/p).

Essa retomada não logrou sucesso pois a fábrica de cimento era apoiada por interesses governamentais federais e estaduais, que visavam o ‘desenvolvimento’ econômico e industrial na região. Além disso, houve resistência do Ministério Público Federal em desafetar o caso da justiça estadual para a justiça federal e os Tabajara sofreram uma reintegração de posse. Esta reintegração de posse mobilizou um grande contingente de forças policiais e causou imenso impacto psicológico nas famílias indígenas.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 2012 a situação na retomada foi se tornando cada vez mais precária até que, no mês de maio, um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC foi celebrado por sugestão do MPF no qual a Elizabeth Cimentos se comprometeu:

“a adquirir, no prazo de 30 dias, uma área de, no mínimo, seis hectares nas proximidades do Sítio dos Caboclos, de ocupação tradicional indígena, a ser doada à FUNAI para uso exclusivo da comunidade Tabajara. A área deverá ser incorporada ao patrimônio da FUNAI e integrar a reserva indígena a ser criada na área, por ocasião de futura demarcação” (Fiocruz 2013:s/p).

Este TAC foi aceito apenas por parte das famílias Tabajara, aquelas lideradas pelo cacique Ednaldo. Este grupo recebeu um sítio de seis hectares, localizado em Mata da Chica, zona rural do Conde, nas proximidades do Sítio dos Caboclos. Esta situação gerou uma profunda crise entre os Tabajara, fazendo com que dois outros grupos se organizassem, um liderado pelo cacique Carlinhos, da Barra de Gramame, e o outro pelo cacique Paulo, atual cacique da Aldeia Nova Conquista-Taquara, que liderava os Tabajara que viviam em João Pessoa.

Apesar dessa crise, o grupo do cacique Ednaldo se estabeleceu nesse sítio e passou a denominá-lo de Aldeia Vitória. Com o decorrer dos anos a ocupação na Aldeia Vitória se consolidou, com a construção de duas dezenas de casas onde vivem aproximadamente 100 pessoas. Quase a mesma população que vive na aldeia Barra de Gramame.

O espaço denominado Bambuzal, em referência à monocultura do bambu que existe na área, localiza-se na região de Garaú, e originou-se da antiga Fazenda Garapu, do grupo João Santos, que faliu

(Spinelli 2021). Após a falência, ficou para trás uma área imensa, que foi apropriada majoritariamente por trabalhadores ligados ao MST (Spinelli 2021). Aproximadamente 700 hectares, no entanto, passaram para o controle das aldeias tabajara, sendo a maior área recuperada até o momento.

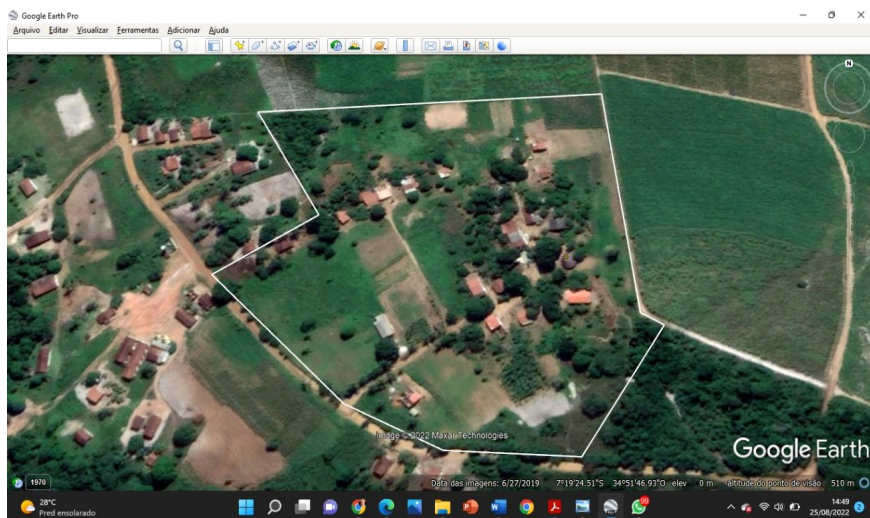


Figura 2 – Imagem de satélite da aldeia Vitória. Fonte: Google Earth. 2022.

O Bambuzal e a aldeia Nova Conquista-Taquara

Atualmente, as aldeias contam com o apoio do Ministério Público Federal³ para permanecerem na área, cuja posse ainda não possui titulação, embora esteja sendo mantida sem conflitos⁴ (Cruz 2022). O Bambuzal foi dividido em fevereiro de 2020, em um acordo entre as lideranças que contou com a mediação de indigenistas da FUNAI, acadêmicos e o Ministério Público Federal. No acordo⁵, as lideranças apoiaram a criação de uma terceira aldeia, a Nova Conquista – Taquara, que ficou sob a liderança do Cacique Paulo, que já era cacique dos indígenas que moravam nas periferias de João Pessoa. A nova aldeia

deveria possibilitar o retorno para a terra tradicional das famílias que viviam dispersas em várias localidades, dentro e fora da Jacoca. A Aldeia Vitória ficou com 60% da área – que foi dividida com a Aldeia Nova Conquista –, enquanto que a Aldeia Barra de Gramame, juntamente com o Sítio Tambaba, ficou com os 40% restantes. Esse acordo também selou a divisão de liderança entre os caciques, de modo que, a partir daquele momento, as três lideranças passaram a assinar em conjunto os documentos junto aos órgãos de representação, como o próprio MPF.

O solo do Bambuzal está muito desgastado pela falta de cobertura florestal, posto que a monocultura impede a plantação de outros gêneros e não protege o solo da erosão. A retirada definitiva do bambu é extremamente dificultosa e dispendiosa, pois ele não sai nem na enxada nem com o uso controlado do fogo, devido às fortes raízes que formam grossas touceiras. Só é possível retirá-lo definitivamente com o uso de trator, que custa para os indígenas – em sua esmagadora maioria agricultores e pescadores – duzentos reais por hora.



Figura 3 – Oca central e oca familiar em construção na aldeia Nova Conquista – Taquara. Foto: Estêvão Palitot, 2020.

O controle desse espaço vem possibilitando o cultivo de gêneros alimentícios, como o coco, o feijão, o inhame, o jerimum, e a mandioca, além de ser um espaço de convívio e estreitamento dos laços

sociais entre os parentes, muitos dos quais se conhecem há pouco tempo devido à diáspora. A instalação das aldeias e o reflorestamento do Bambuzal é, acima de tudo, um projeto coletivo do Povo Tabajara.

A Aldeia Nova Conquista, portanto, foi fundada na época em que os indígenas entraram na área. Foram demarcados lotes para cada família que ‘acompanha’ a aldeia, que são cerca de cem, e a presença de cada unidade habitacional é afirmada pela construção de uma oca no respectivo lote. A intenção é que asocas sejam a primeira coisa na vista de um visitante, enquanto que as casas de alvenaria ficariam escondidas pelo bambu, pois “a oca é tradição, sem oca não há aldeia”, explicou um interlocutor. O material de construção da oca varia de acordo com a disponibilidade de matérias-primas e as condições financeiras das famílias, havendoocas feitas de bambu, de taipa e de palha. A construção dasocas também visa a ocupação do território, de maneira a demonstrar que de fato, embora sem reconhecimento, é uma terra indígena. Poucas são as famílias morando permanentemente na localidade, em virtude da ausência de estrutura, embora algumas já estejam vivendo lá.

Na extensão da Aldeia Vitória está sendo erguida uma nova aldeia, chamada de Olho d’Água, em virtude das diversas nascentes de água existentes no terreno. Uma parte do bambu foi retirada da nova aldeia, permitindo que os indígenas iniciassem um trabalho coletivo de reflorestamento. A intenção, segundo informou-me o Cacique Ednaldo dos Santos, é que na nova aldeia não sejam construídas casas de alvenaria, somenteocas.

Gurugizinho da Praia (Praia do Amor)

O próprio nome desta localidade invoca lutas pela memória: os caboclos⁶ que moravam na região chamavam-na de Gurugizinho da Praia, ou ainda Gurugizinho da Mata, em referência ao rio Gurugizinho que deságua na localidade (Cruz 2022). O nome Praia do Amor, toponímia mais recente, faz referência a uma pedra, chamada de Pedra Furada, que segundo a memória oral dos indígenas era um local

onde eram realizados casamentos e juramentos. Reza a lenda que o casal que passa por baixo da pedra tem uma vida de felicidades. É um dos pontos turísticos mais famosos do litoral sul, recebendo muitos visitantes, principalmente aos finais de semana.

No século XX, essa faixa litorânea passou ao controle da família Lundgren (Fazenda Jacumã) e da Família Pimentel (Fazenda Gurugi), ambas famílias industriais do ramo têxtil pernambucano, e era local de moradia de diversas famílias de caboclos que possuíam terrenos na beira-mar dessas Fazendas, e viviam da pesca na localidade.

Na Pedra Furada, esses caboclos, que também eram conhecidos na região como ‘os caiçaras’, moravam em casas feitas de palha ou de palha tapada com barro e cobertas de palha, igualmente chamadas de caiçaras, até finais da década de 1970, início de 1980, quando os patrões, Almir Correia e Jeranil Lundgren venderam os terrenos à beira-mar para loteamento, forçando os caboclos a saírem de suas antigas posses e se deslocarem para terrenos mais adentro do território.

Nos anos de 1970 e 1980 o Conde efervescia em movimentos de reforma agrária, por parte de posseiros expulsos das fazendas após a venda das terras (Mura, Palitot & Marques 2015; Marques 2015). Apesar disso, esses caboclos não entraram em conflito com a proprietária de Jacumã, e segundo todos afirmaram, a mesma não usou de violência para que os trabalhadores saíssem, mas eles afirmaram ‘que não tinham opção’ (Cruz 2022).

O Cacique Carlinhos e o Sr. Antônio Francisco Soares (Santos), de 66 anos, pescador que morava na Fazenda Gurugi, informaram que o mar avançou muito sobre a praia, ocasionando também o avanço da areia. Mostrando onde ficavam localizadas as casas dos pescadores, na Rua da Praia, Santos afirmou que se cavassem a areia fofa, ainda iam achar resquícios da antiga ocupação. D. Cleonice dos Anjos, 77 anos, também deslocada da localidade, afirmou que nasceu em 1944 e o seu pai já morava na localidade. Ele era indígena, pescador e agricultor, enquanto sua mãe era quilombola do Gurugi, comunidade também localizada nas terras da antiga Jacoca.

A Vila dos Pescadores em Jacumã foi formada a partir desse deslocamento dos moradores das Fazendas Gurugi e Jacumã que moravam na beira-mar para dentro do território em terrenos diminutos, perdendo sua condição de posseiros (Sampaio 2001). Os terrenos ficam em uma ladeira muito íngreme, e segundo diversos interlocutores que testemunharam o processo, ficavam em uma área de muita lama. De maneira geral, todos os moradores antigos afirmaram que era um local insalubre.

Mesmo após esses deslocamentos, os caboclos continuaram fazendo uso da praia e de seus recursos, pois era de onde tiravam seu sustento: a pescaria era o que sabiam fazer para sobreviver. Uma das interlocutoras informou que “a única coisa que [meu] Pai tinha era o mar”. Nos anos de 1980, época em que Jacumã passou a receber um maior fluxo de turistas, alguns desses pescadores montaram barzinhos em Gurugizinho da Praia, onde vendiam coco, caldo de marisco, moqueca de lambe-pau⁷, peixada, enfim, comidas de consumo tradicional dos caiçaras. Em 2017 cinquenta pessoas ainda viviam da renda desses bares, quando suas barracas foram derrubadas pela prefeitura, sob justificativa de que estavam invadindo terreno da União⁸, e que seriam realocados com o Projeto Orla⁹.



Figura 4 – Alegação de turbação de posse na Praia do Amor por parte dos indígenas. Fonte: Processo judicial 0800201-34.2022.8.15.0441 – TJ/PB, 2022.

Alguns barraqueiros conseguiram voltar e se instalaram novamente na área, em barracas de lona, sem energia e sem água encanada, apesar do perigo de desabamento das falésias na área, além das crescentes pressões da atual gestão executiva do Conde, que alega que a venda de frutos do mar, como o marisco, não se trata de atividade tradicional indígena, e de empreiteiros ligados à Família Pimentel, que recentemente entraram com uma ação de manutenção de posse da área e retirada dos indígenas, alegando que os mesmos fazem parte de uma organização criminosa¹⁰.

Na prática, está em curso um processo de gentrificação na Praia do Amor, e os indígenas informaram que existem movimentações nos bastidores políticos para a construção de uma marina na área. Como a localidade possui poucos acessos, isso fecharia a praia para o uso público e dos indígenas, cujas famílias ocupam a área há pelo menos oitenta anos. Como o próprio processo de manutenção de posse afirma, trata-se de área de interesse imobiliário.

Refletindo sobre as retomadas tabajara

As retomadas realizadas pelos Tabajara possuem muitas singularidades quando são comparadas com outras retomadas conhecidas na literatura etnológica (Faleiro 2005; Santos 2009; Tófoli 2010; Pacheco de Oliveira 2018; Souza 2019; Alarcon 2013; 2020). Uma dessas singularidades é que a primeira retomada que fizeram terminou sofrendo um revés, porém lhes garantiu uma espécie de compensação territorial, que se tornou a aldeia Vitória. Esta aldeia é hoje uma ponta de lança apontada na direção do núcleo central do projeto étnico-territorial que é o retorno ao Sítio dos Caboclos. Enquanto o assentamento Mucatu ficava no limite da antiga sesmária, a aldeia Vitória está no centro do território tradicionalmente ocupado, justamente na área onde foram demarcados os lotes no século XIX.

O Bambuzal, área onde estão sendo construídas a aldeia Nova Conquista-Taquara e as extensões das aldeias Vitória e Barra de Gramame, também fica próximo da aldeia Vitória e foi retomado de for-

ma não conflitiva, aproveitando-se a execução judicial das posses do grupo João Santos. Tomando-se em conjunto a aldeia Vitória, o Bambuzal e o Sítio Tambaba tem-se pela primeira vez uma área mais ou menos contínua de ocupação por famílias indígenas no Conde e que corresponde à parte significativa da área que projetam ver demarcada, constituindo um território com recursos ambientais viáveis para a ocupação tradicional indígena. Apesar do árduo e ingrato trabalho que é retirar o bambu.

A dimensão estratégica desse território é nítida, pois ele se encontra tanto no centro da antiga sesmaria, quanto no centro da área de ocupação tradicional que as famílias Tabajara conhecem, tendo em períodos diferentes habitado ou exercido atividades produtivas em seus nichos ecológicos. Nesse espaço é possível morar, plantar, pescar, produzir artesanato e alimentos e também acessar os mangues e praias próximas. Praias essas que são demandadas por um grande fluxo turístico onde os Tabajara encontram oportunidades de trabalho, emprego e comercialização de suas produções.

O projeto de retorno das famílias tabajara é complementar ao da reconstituição/recuperação do território e é o que os anima enquanto uma coletividade que se projeta e se pensa como uma comunidade. A retomada desses espaços é também a retomada de memórias e o rompimento com décadas de subordinação social, material e moral às elites que se beneficiaram com o loteamento das terras da Jacoca. Não à toa, o movimento indígena e o movimento quilombola no Conde emergem das contradições não-resolvidas pela reforma agrária, entre elas justamente a exiguidade dos lotes de seis hectares, inviáveis para a reprodução física e cultural das famílias.

O tema do retorno da terra associado ao retorno dos parentes é algo que está presente também nas análises que Alarcon (2014, 2020) e Souza (2019) fazem da experiência das retomadas dos Tupinambá e Pataxó-Hãhãhã no sul da Bahia.

Como afirma João Pacheco de Oliveira as retomadas constituem uma forma pós-tutelar de exercício da política pelos indígenas, suge-

rindo uma maneira diversa de conceber a sua relação com o Estado, sendo que tais ações são

“[...] capazes de mobilizar valores tradicionais, emoções, e novas energias intelectuais e políticas de grande intensidade, atuando para a construção de cenários futuros mais desejáveis” (Pacheco de Oliveira 2018:13-14).

As retomadas se ligam historicamente a diferentes modalidades de ação política desenvolvidas pelos povos indígenas, associadas a um certo estilo de mobilização presente também em movimentos camponeses, organizando repertórios de ação coletiva com visibilidade pública, acionadas recorrentemente (Tilly 1993 *apud* Alonso 2012). Os antecedentes dessas ações podem surgir na forma de movimentos sociorreligiosos de libertação, rebeliões armadas, migrações messiânicas e nas expressões de uma “cultura de resistência” (Alarcon 2020:83-84). Ao mesmo tempo, as retomadas constituem ainda criações contemporâneas e específicas que ganham contornos no quadro da luta de cada povo indígena.

Em suma, as retomadas se tornaram a principal estratégia dos povos indígenas para o reconhecimento de seus direitos territoriais no presente, tendo sido incorporada como bandeira de luta pelo movimento indígena. Movendo-se entre escalas, é possível observar como, fincadas em seus contextos, elas se enlaçam no plano nacional para compor um “ato de descolonização” (Pacheco de Oliveira 2018:13-14). E no contexto dos Tabajara isso não é diferente.

Notas:

¹ Atuais municípios de Conde, Alhandra e Pitimbu.

² Seguimos aqui a noção de territorialização proposta por João Pacheco de Oliveira (2004; 2018).

³ MPF. Ata Nº. 8/2020. PR-PB-00004247/2020.

⁴ O estudo de identificação da Terra Tabajara encontra-se em fase de revisão, adequação e complementação dos dados.

⁵ MPF. Ata Nº. 7/2020. PR-PB-00004245/2020.

⁶ Na Jacoca, muitas das pessoas que descendiam dos antigos indígenas aldeados reconheciam-se e eram reconhecidos pela sociedade envolvente pelo rótulo de ‘caboclos’. Assim, antes da mobilização étnica em 2006 essas pessoas se reconheciam como caboclos, passando a se reconhecerem como indígenas após o referido ano.

⁷ Os indígenas pescadores com quem conversei foram enfáticos ao lembrar do molusco lambe-pau: era uma das refeições que mais consumiam, sendo muito apreciado. Todos também, com pesar, afirmaram o desaparecimento do molusco.

⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/comerciantes-retiram-barracas-das-praias-do-conde-pb-apos-decisao-da-justica.ghtml>> Acesso em: 20 de março 2022.

⁹ Estava prevista a realocação de menos da metade dos comerciantes.

¹⁰ Processo judicial 0800201-34.2022.8.15.0441 – TJ/PB, 2022.

Referências:

- ALARCON, Daniela. 2014. “A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro”. *Ruris*, 7(1): <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1648>.
- ALARCON, Daniela. 2020. O retorno dos parentes: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- ALONSO, Angela. 2012. “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”. *Sociologia & Antropologia*, 2(3):21-41.
- CRUZ, Amandda. 2022. “Os donos da aldeia”: história, memória e mobilização étnica do povo Tabajara da Paraíba. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB.
- FALEIRO, Rodrigo. 2005. “Retomada ou invasão: percepção das instituições governamentais sobre a ocupação do monte Pascoal pelos índios Pataxó”. In LIMA, A. C. & BARRETTO, H. (eds.): *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*, pp.: 299-323. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED.
- FIOCRUZ. 2013. Mapa de conflitos. (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pb-indigenas-tabajara-lutam-por-regularizacao-de-territorio-tradicional/>; acesso em 11/01/2023).
- LIMA, Alin. 2008. Assentamento APASA – PB. ‘A agroecologia na construção de novas territorialidades’. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- MARQUES, Amanda. 2015. Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do Litoral Sul Paraibano. Tese de Doutorado. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- MOREIRA, Emília. 1997. Por um pedaço de chão. João Pessoa: Editora Universitária.
- MURA, F., PALITOT, E. & MARQUES, A. 2015. Relatório Tabajara: um estudo sobre a ocupação indígena no litoral sul da Paraíba. João Pessoa: UFPB.

- PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2018. "Fighting for lands and reframing the culture". *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 15(2):1-21.
- PALITOT, Estêvão. 2013. "Questões que diariamente ali se agitam': o processo de extinção dos aldeamentos de índios no Litoral Sul da Paraíba (1865-1867)". *Cadernos do LEME*, 5(1):60-92.
- SAMPAIO, Henrique. 2001. O processo de reelaboração dos cocos no movimento de urbanização e desenvolvimento do Município do Conde. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- SANTOS, Hosana. 2009. Dinâmicas Sociais e Estratégias Territoriais: organização social Xukuru no processo de retomada. Tese de Doutorado. Recife: UFPE.
- SOUZA, Jurema. 2019. Os Pataxó HãHãHã e as narrativas de luta por terra e parentes, no Sul da Bahia. Tese de Doutorado. Brasília: UNB.
- SPINELLI, Lucas Gebara. 2021. "Devolutizar' para acumular: o saque fundiário na formação da propriedade privada no litoral sul da paraíba". In GONÇALVES, C. (ed.): *Ensaio de geografia agrária: materialidades e expressões dos conflitos territoriais*, pp.: 138-158. Aracaju: Artner Comunicação.
- TÓFOLI, Ana Lúcia. 2010. As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial.' Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC.

**'Standing on Tabajara Land': reflecting on land
retakes from the Tabajara of Paraíba**

Abstract: Since 2006, the Tabajara people of Paraíba have been seeking the demarcation of their traditionally occupied lands. Aiming at rebuilding the territory, the Tabajara have built a dynamic and flexible social organization through which they have managed to expand the areas under their control. Currently, there are three organized villages, two of which are in retaken areas. In these processes, the conflictive dimension has been the main element, be it the conflicts for the retakes, or the disputes around the occupation of the beaches between the indigenous people and the municipal power of the city of Conde. Alongside these disputes, the effort to unite relatives around community life projects in the three villages is also a characteristic feature of the current process of territorialization of the Tabajara. In this work, we intend to discuss these themes in dialogue with other studies on territorialization processes, the retaken form and the return of relatives in indigenous contexts.

Keywords: Retakes, Tabajara, Territorialization, Jacoca.

Recebido em outubro de 2022.

Aprovado em dezembro de 2022.